



Diário Oficial do Município de Mauá

GERÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA DIVISÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL EDITAL DE CONVOCAÇÃO 22 de setembro de 2021

A Divisão de Cobrança Amigável informa aos seguintes contribuintes sobre o **pedido de prescrição de débitos**:

PROCESSO	NOME / FIRMA	ASSUNTO OU SOLICITAÇÃO
8690/2019	JOSÉ REGILANE ALVES DE FIGUEIREDO	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 1998/2000/2001/2002/2003/2005/2011/2012/2013 no valor de R\$ 20.073,04 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2006/2007/2008/2009/2010/2014/2015/2016, verificado que os tributos são objetos de execução fiscal que encontram-se em andamento, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição. Quanto ao IPU exercício 2004, verificado que foi objeto de execução fiscal que encontra-se extinta e a prescrição foi declarada judicialmente. Com relação o IPU exercícios 2017/2018, estão inadimplentes e a Prefeitura ainda dispõe de prazo para proceder a cobrança.
13103/2015	CÍCERO CARLOS LINS PINTO	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2002/2003/2009 no valor de R\$ 5.459,49 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPU exercício 2004, verificado que foi objeto de execução fiscal que encontra-se extinta e a prescrição foi declarada judicialmente. Quanto ao IPU exercícios 2005/2006/2007/2008, verificado que foram objetos de Acordo que interromperam o curso do lapso prescricional, desse modo a Municipalidade ainda dispõe de prazo para proceder com a cobrança.
13740/2017	ANTONIO GONÇALVES MEIRA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente a ISSV exercícios 2004/2005/2006 e M2 exercício 2009 no valor de R\$ 29.807,98
14464/2018	IRACI ROSA DA SILVA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TXD exercícios 1999 no valor de R\$ 706,31 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente a TXD exercício 2000, verificado que foi objeto de execução fiscal que encontra-se extinta e a prescrição foi declarada judicialmente.
14594/2018	NEY DOS SANTOS JUNIOR	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2003/2004/2005/2006 e ACORDO nº 399379/2005 no valor de R\$ 54.779,56 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente a IPU exercício 2000/2001/2002, verificado que foi objeto de execução fiscal que encontra-se extinta e a prescrição foi declarada judicialmente.
14768/2018	EUNICE APARECIDA FERNANDES DA SILVA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente a TXD exercício 1997 e PPD exercício 2005 no valor de R\$ 4.339,77
15371/2018	SILVIO BIZ DOS ANJOS	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente a TFIS exercícios 2007/2009/2010 no valor de R\$ 6.493,11 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente a TFIS exercícios 2016 verificado que os tributos são objetos de execução fiscal que encontram-se em andamento, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição.
15433/2018	REGINALDO SEBASTIÃO DA SILVA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TFIS e ISSV exercícios 2003 no valor de R\$ 1.631,61 .
15654/2018	GLAUBER RIBEIRO CUNHA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TXD exercício 2001 no valor de R\$ 660,95
15866/2018	DOMINGOS DA SILVA FILHO	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 1990/1991/1992/1993/1994/1995/1996/1997/1998/2009/2010/2013 no valor de R\$ 90.670,81 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 1999/2000/2001/2002 verificado que os tributos são objetos de execução fiscal que encontram-se extinta, e a prescrição foi declarada judicialmente. Quanto ao IPU exercício 2004 não encontram-se em aberto, havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo.
16152/2018	EDNA LOPES	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2005/2006/2009/2010 no valor de R\$ 21.604,81
16564/2018	JOSE ARMANDO BORTHOLUSSI	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TXD exercícios 1997/1998 no valor de R\$ 869,51 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente a TFIS exercícios 2009/2010/2011/2012 verificado que foram objetos d Acordo nº 12841/2013 que interrompeu o curso do lapso prescricional, desse modo a Municipalidade ainda dispõe de prazo para proceder com a cobrança.
17361/2018	ALEX DA SILVA SÁ	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 1994/1996/2003/2005/2006/2009/2010/2011/2012 e ACORDO Nº 107864/2003 no valor de R\$ 33.155,22
17666/2018	MARINEIDE SELESTINA DOS ANJOS ROBERTO	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TFIS e ISSF exercícios 2008/2009/2011 no valor de R\$ 6.172,66
17928/2018	AUGUSTO JOSE DE SOUZA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TXD exercício 1998 no valor de R\$ 1.460,83
17934/2018	MARIA JOSE DA SILVA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TXD exercício 1999 no valor de R\$ 708,17 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente a TXD exercícios 2000 verificado que os tributos são objetos de execução fiscal que encontram-se extinta, e a prescrição foi declarada judicialmente.
19911/2018	Q-LIMP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA ABC LTDA ME	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TXD exercício 1996 e TFIS 2001 no valor de R\$ 3.241,89
20659/2018	MARIA MADALENA ZUCATELLI RIBEIRO	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao TXD exercício 1996 no valor de R\$ 525,59



Diário Oficial do Município de Mauá

**GERÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIVISÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 22 de setembro de 2021**

21234/2018	MARISTELA MARQUES PEREIRA PINTO	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao ISSV exercício 2003, TFIS exercícios 1999/2004/2005/2006/2009/2011 e ISSF exercícios 2006/2009/2011/2012 no valor de R\$ 3.350,41 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente a TFIS exercícios 2012 verificado que os tributos são objetos de execução fiscal que encontram-se em andamento, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição.
21680/2018	IVANDERSON CLAYTON DE OLIVEIRA	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPTU exercícios 2005/2006/2007/2008/2011 no valor de R\$ 10.090,06 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPTU exercícios 2000/2001/2002 verificado que os tributos são objetos de execução fiscal que encontram-se extinta, e a prescrição foi declarada judicialmente. Com relação ao IPTU exercício 1999, não encontram-se em aberto, havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo.

Publicado eletronicamente em 22 de setembro de 2021 por Katia Silva